

CFF quer mais orientação na fiscalização, em 2009



Farmacêutica Eloene Bastos, de Goiânia, orienta paciente a usar corretamente o medicamento

O Conselho Federal de Farmácia pretende, em 2009, intensificar ainda mais a filosofia de que a fiscalização farmacêutica deve, também, orientar os profissionais. Para tanto, o CFF tem uma estratégia, segundo o seu Vice-Presidente e responsável pelo setor, Amilson Álvares: “Além de avaliar e acompanhar o serviço de fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia, para que, cada vez mais, se tenha qualidade nesses serviços prestados pelo farmacêutico, apostaremos numa maior qualificação destes profissionais, no ano que começa”, afirma.

O enfoque do CFF será capacitar os farmacêuticos para desempenharem serviços que, além de colaborar para a promoção e recuperação da saúde da comunidade atendida, desencadearão a fidelização de usuários não só à farmácia comunitária, mas, principalmente, ao farmacêutico. Ou seja, se o pro-

fissional prestar um bom serviço de assistência farmacêutica e, se um dia, ele se transferir para outro estabelecimento, levará consigo a clientela fidelizada, o que estimulará, cada vez mais, a qualificação profissional. É nisso que o dirigente do CFF aposta.

A fidelização de clientes, para o Dr. Amilson Álvares, traz, entre os benefícios, maior valorização do farmacêutico pelo proprietário do estabelecimento e pela clientela, além de mais reconhecimento dos seus serviços, na farmácia.

CAPACITAÇÃO - O Conselho Federal de Farmácia pretende adotar várias medidas para melhorar a qualificação profissional dos farmacêuticos. O curso destinado a capacitar farmacêuticos que atuam nas farmácias comunitárias, ministrado pelo Centro Brasileiro de Informação sobre Medicamentos (Cebrim) e que está sendo oferecido, nas ca-

pitais, irá se expandir, chegando às cidades do interior. O curso deverá ser oferecido pela Internet ou por meio de programas em canais de televisão fechada ou por meio de DVDs.

ATRIBUIÇÕES - Segundo o Dr. Amilson Álvares, atualmente, o farmacêutico comunitário desempenha três funções básicas: o controle de psicotrópicos, a dispensação de medicamentos – e, aí, entra a orientação farmacêutica – e a aplicação de injeções. De acordo com Álvares, a fidelização de usuários irá crescer mais ainda quando outros serviços virarem rotina, nas farmácias comunitárias. Para tanto, os farmacêuticos terão de se qualificar, a fim de prestá-los com segurança e qualidade. São eles:

- Dispensação de medicamentos consciente e racional, visando sempre a priorizar a maior qualidade e menor preço do medicamento a ser oferecido ao usuário;

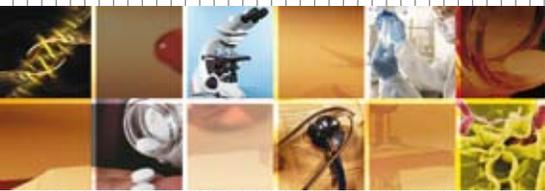
- Orientação do usuário sobre a ação dos medicamentos dispensados, suas particularidades, efeitos colaterais, reações adversas, período de tratamento com adesão completa, forma de armazenagem do medicamento, além de qualquer outra informação solicitada pelo cliente ou usuário;

- Realização do acompanhamento farmacoterapêutico para verificar a adesão do paciente ao tratamento e possíveis problemas relacionados ao medicamento usado;

- Promoção do controle de qualidade dos medicamentos, fazendo a seleção de fornecedores,



Vice-Presidente do CFF, Amilson Álvares, anunciou que o órgão irá insistir com mais intensidade no princípio da fiscalização orientadora



inspeção do recebimento e da forma de armazenamento; controlar o vencimento e conservação dos medicamentos, atendendo a todas as normas de boas práticas de armazenagem e dispensação;

- Gerenciamento do plano de resíduos de produtos de saúde, na farmácia;

- Promoção de campanhas sanitárias, no bairro, com a realização de reuniões e palestras, em escolas, empresas e associações da comunidade, com vistas a promover a saúde;

- Promoção de campanhas de recolhimento de sobras de medicamentos na comunidade para evitar intoxicações, mau uso e descarte indevido desses produtos;

- Fracionamento, intercambia-

lidade e farmacovigilância, de acordo com a legislação e programas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

- Controle de psicotrópicos, mantendo-o atualizado e de acordo com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC);

- Promoção da assistência farmacêutica domiciliar àqueles usuários incapacitados para ir à farmácia;

- Implantação da determinação de parâmetros bioquímicos, de acordo com as legislações estaduais, da Anvisa e do CFF;

- Verificação da pressão arterial, sem fins de diagnóstico ou indicação de medicamento, mas apenas para direcionamento ao

sistema de saúde ou para o controle daqueles que já têm a doença diagnosticada e em tratamento, atendendo à legislação local;

- Verificação da temperatura corpórea, também, sem fim de diagnóstico, e, sim, para controle da saúde ou encaminhamento ao profissional adequado;

- Determinação de que apenas o farmacêutico promova aplicação de injetáveis, curativos, bem como a inalação, e não apenas supervisionando esses procedimentos realizados por outros profissionais, já que ele (o farmacêutico) é o profissional mais capacitado para tais serviços.

Pela estagiária de Jornalismo Paula Diniz.

Em defesa do exercício profissional e das garantias constitucionais

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) publicou, no sábado, dia 21 de fevereiro, nos jornais "O Popular" e "Diário da Manhã" (GO) e "Correio Brasiliense" (DF), uma Nota de Desagravo na qual formaliza seu protesto de descontentamento quanto à forma como foram tratadas as farmacêuticas Lília Santos e Elmira Friaça, responsáveis técnicas pela Anchieta Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda.

No dia 29 de janeiro de 2009, as responsáveis técnicas foram presas e enquadradas no Artigo nº 273, do Código Penal, que trata da *falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinados a fins terapêuticos ou medicinais*, numa ação conjunta da Polícia Civil, Delegacia do Consumidor, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)/Polícia Federal e Vigilância Sanitária Municipal de Goiânia.

Segundo as farmacêuticas Lília Santos e Elmira Friaça, a Anchieta Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. é detentora de alvará sanitário municipal, autorização de funcionamento e notificações vigentes de seus produtos na Anvisa, e licença da Polícia Federal. **Veja a nota.**



Conselho
Federal de
Farmácia
www.cff.org.br

NOTA DE DESAGRAVO

O Plenário do Conselho Federal de Farmácia, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60, vem a público formalizar seu protesto quanto à forma como foram tratadas, no âmbito de suas atribuições profissionais, as farmacêuticas Lília Santos Rodrigues da Silva e Elmira Carlos Friaça, responsáveis técnicas pela "Anchieta Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda", empresa radicada, há mais de 20 anos, na cidade de Goiânia.

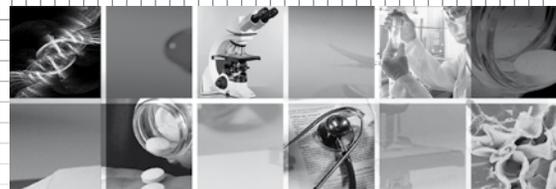
Inobstante possuir as licenças e alvarás necessários, a referida empresa foi interdita e as farmacêuticas tolhidas em sua liberdade, em procedimentos questionáveis por parte das autoridades, considerando a inobservância aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do livre exercício profissional.

Por estas razões, na defesa do exercício profissional farmacêutico e das garantias constitucionais, ratificamos o posicionamento de que sempre seja observado o respeito à dignidade humana, considerando que eventos como o presente não devem ocorrer em nossa sociedade democrática.

Brasília/DF, 19 de fevereiro de 2009.


JALDO DE SOUZA SANTOS
Presidente - CFF


LÉRICA MARIA DOS SANTOS VIEIRA
Secretária-Geral - CFF



Farmácia-escola da UFPI: conhecimento e atendimento social



Farmácia-escola da Universidade Federal do Piauí.



Acadêmica de Farmácia, na sala de Controle de Garantia e Qualidade de Medicamentos

FOTOS: Lúcia Viana/Arquivo UFPI

camientos e cosméticos, além de atenção farmacêutica. A farmácia-escola integra o projeto do Núcleo de Tecnologia Farmacêutica (NTF) daquela Universidade.

Coordenada pelos professores Lívio Nunes, Eilica Andréa e Graça Medeiros, a farmácia-escola destaca-se não só pelo seu pioneirismo, mas por estar totalmente adequada a todas as regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Todos os insumos adquiridos para a manipulação dos produtos farmacêuticos são provenientes de empresas certificadas pela Agência, com atestados de garantia e controle de qualidade. As dependências da farmácia-escola, também, respeitam a todos os critérios de saúde, assim como os profissionais que, ali, atuam.

ESTRUTURA - O projeto, que teve sua idealização, no início do ano de 2003, conta com uma estrutura especializada. Existe uma área para a venda e entrega de medicamentos industrializados e manipulados. Outra área é dedicada à atenção farmacêutica, onde o usuário pode receber assistência sobre o uso do medicamento e tirar dúvidas, e onde também são ministradas palestras para orientar a população sobre o uso correto de medicamentos etc. Há, ainda, a área de controle de garantia e qualidade, onde são testados os produtos.

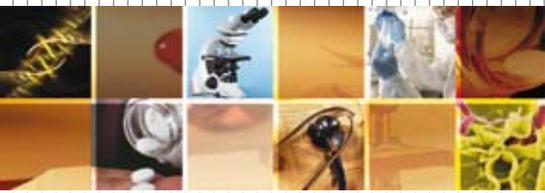
Em funcionamento, há pouco mais de dois anos, a farmácia-escola da Universidade Federal do Piauí (UFPI) vem atingindo, com êxito, os seus objetivos, de suprir as necessidades de estágio para os estudantes de Farmácia e, ao mesmo tempo, de atender à população de Teresina, prestando-lhe serviços, como manipulação de medi-

Na farmácia-escola, cada atividade tem seu local específico para acontecer. A manipulação de cosméticos e medicamentos é realizada em salas separadas, de acordo com sua categoria: Líquidos e semi-sólidos em uma sala, e sólidos, em outra. No almoxarifado, a matéria-prima tem uma entrada exclusiva, para ser guardada com segurança. Os profissionais têm um local específico para armazenar as vestes adequadas às suas atividades.

A pesquisa e o ensino são mais um destaque, na farmácia-escola da UFPI. Já passaram por ela mais de 100 alunos, que realizaram estágios ou trabalhos de conclusão de curso, além de professores e pesquisadores. Os alunos que fazem estágio curricular, na farmácia-escola, são os concluintes, que já passaram por todos os requisitos do curso para atuar na área. Eles recebem acompanhamento constante dos professores em seus trabalhos diários, e atuam, no estabelecimento, de acordo com o seu tempo de curso e as suas competências.

A farmácia-escola funciona no centro de convivência da Universidade Federal do Piauí, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 17 horas. Os medicamentos manipulados são oferecidos à população a preço de custo.

Fonte: Jornalista Natacha Maranhão (natmara@hotmail.com).



Transfusões: poucas reações são relatadas à Anvisa

Um boletim de hemovigilância inédito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), lançado, em novembro de 2008, alerta que 80% dos problemas com transfusões de sangue, no Brasil, ainda não são notificados ao órgão. No ano de 2007, foram realizadas, no País, 3 milhões de transfusões, das quais, segundo a Anvisa, apenas 1.792 tiveram suas reações informadas à Agência. De acordo com o órgão, os números denotam que esteja ocorrendo um caso grave de subnotificação, no Brasil.

A situação é ainda pior, nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. No Centro-Oeste, a subnotificação chega a 98,7%. O cálculo da subnotificação é feito com base no número de transfusões realizadas, das reações esperadas e das notificadas aos órgãos de vigilância.



Farmacêutico Osnei Okumoto

CORREÇÃO E PREVENÇÃO -

A estimativa do número de reações esperadas é feita com base em literatura científica. Para cada 1.000 transfusões realizadas, são esperadas três reações. O farmacêutico-bioquímico especialista em Gestão de Hemocentros, Osnei Okumoto, Conselheiro Federal de Farmácia pelo Mato Grosso do Sul e Diretor da Hemorrede sul-matogrossense, alerta que o registro das reações é de extrema importância, “pois permite medidas de correção e prevenção às reações”. O Sistema Nacional de Hemovigilância começou a ser implantado, em 2002, com a previsão de notificações voluntárias. No entanto, a Anvisa não divulgava os dados coletados.

Agora, a Agência espera divulgar anualmente este boletim. Em 2007, a maioria das notificações foi de reações leves ou moderadas, uma resposta do sistema imunológico do paciente à entrada do sangue doado no organismo. As reações mais comuns, segundo o Dr. Osnei Okumoto, são febre, alergias, coceiras e lesões pulmonares.

No entanto, a contaminação bacteriana ou a transmissão de doenças infecciosas, após transfusões, também, são consideradas reações, assim como as mortes. Por conta da subnotificação, o Brasil ainda não conhece a realidade de seus problemas com transfusões, o que torna impossível qualquer tipo de



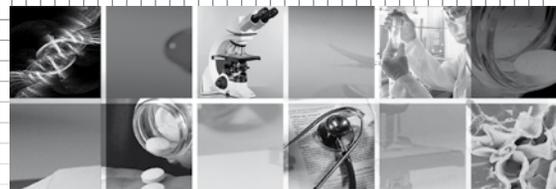
comparação entre a nossa situação e a de outros países.

No boletim divulgado, a Anvisa afirma a necessidade de estudos sobre as causas da subnotificação. Na opinião do Dr. Osnei Okumoto, vários fatores podem explicar a ocorrência desta subnotificação, no País. Um deles seria o fato de o formulário de notificação ser bem extenso e complexo, o que faria com que os técnicos não gostassem muito de preenchê-lo.

FALTA DE TREINAMENTO - Além disto, para Dr. Osnei, outro problema é a falta de treinamento dos profissionais. Sem a capacitação adequada, eles podem não estar cientes do quão importante é a notificação destas reações e, em alguns casos, podem até não ter capacidade sequer de reconhecer a ocorrência de alterações.

O Boletim da Anvisa aproveitada, ainda, para cobrar das vigilâncias sanitárias estaduais e municipais ações de incentivo para que os serviços que realizam transfusões notifiquem os problemas. A Agência tem, também, realizado treinamentos, a fim de sensibilizar os serviços sobre as necessidades de notificação. Cerca de 800 pessoas já passaram pela capacitação.

Pela estagiária de Jornalismo Paula Diniz.



Dr. Jaldo recebe o Prêmio Sérgio Lamb



O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, recebe o Prêmio do Presidente do CRF-RS, Juliano Sofia da Rocha

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, foi homenageado pelo Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul com o Prêmio Sérgio Lamb. A estatueta referente ao Prêmio foi entregue a Souza Santos pelo Presidente do Regional, Juliano Sofia da Rocha, durante a solenidade em comemoração ao Dia do Farmacêutico, realizada pelo órgão, em 22 de janeiro de 2009, na Sogipa (Sociedade de Ginástica Porto Alegre), na capital gaúcha. O Prêmio homenageia profissionais de destaque nas diversas áreas da Farmácia.

Em um breve discurso, o Presidente do CFF salientou o amor à Farmácia, a capacidade técnica e o rigoroso cumprimento da ética profissional do farmacêutico Sérgio Lamb. Souza Santos falou, ainda, sobre a amizade que tinha por Lamb e das várias coincidências que havia entre ambos. Uma delas é que se casaram, à mesma época, com farmacêuticas e que foram contemporâneos no CFF, quando a sede do órgão ficava, em São Paulo: Jaldo como Conselheiro por Goiás e Sérgio, pelo Rio Grande do Sul.



Farmacêutico Sérgio Lamb

QUEM FOI SÉRGIO LAMB - O Dr. Sérgio Lamb fazia questão de deixar claro que era um homem feliz. Tanto que expressou esse sentimento em seu currículo. A felicidade certamente vinha do fato de ter podido realizar tantas obras e de legar muitas contribuições aos farmacêuticos recém-formados e aos acadêmicos de Farmácia.

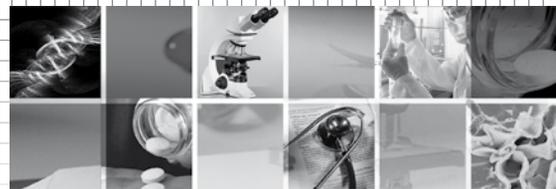
Gaúcho de Porto Alegre, formado como farmacêutico-químico, Lamb era doutor e livre docente em Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da qual foi, também, Diretor da Faculdade de Farmácia e Vice-Reitor. Ali, a sua atuação foi decisiva para o florescimento da Homeopatia brasileira. Na Faculdade de Farmácia, Sérgio Lamb inaugurou o ensino acadêmico brasileiro de Farmacotécnica Homeopática, antiga Farmácia Galênica.

Aposentou-se como professor da UFRGS e, em seguida, dirigiu a Faculdade de Farmácia da PUC do Rio Grande. Dedicou-se, também, à política farmacêutica, tendo sido Presidente do CRF-RS, Vice-Presidente do CFF e Presidente da Liga Homeopática gaúcha.

Intrépido defensor da necessidade de o farmacêutico buscar novos conhecimentos e abrir os seus horizontes científicos, Sérgio Lamb organizou estágios, seminários e outros eventos, na Faculdade, e fez do seu próprio estabelecimento – a centenária Farmácia Van Der Laan - um espaço de difusão dos conhecimentos homeopáticos. Em sua farmácia, acadêmicos realizavam estágios e buscavam o mestre Lamb para beber de sua fonte de sabedoria. Um lembrete para os desportistas: além da Farmácia, Lamb tinha outra paixão: o tênis. Era um praticante regular desse esporte.

No ano passado, o homenageado com o Prêmio Sérgio Lamb foi o farmacêutico gaúcho Gustavo Baptista Éboli, Ex-Presidente do Conselho Federal de Farmácia.

Pelo jornalista Aloísio Brandão,
editor desta revista



Tese de mestrado demonstra cientificamente os benefícios da atenção farmacêutica

Os extraordinários benefícios da intervenção farmacêutica aos pacientes foram demonstrados cientificamente na dissertação de mestrado da farmacêutica Ana Aline Estieguerds cuja tese, ela defendeu na Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no dia 11 de dezembro de 2008. Ana Aline deu ao seu trabalho o título "Avaliação da efetividade da atenção farmacêutica no controle da hipertensão arterial". Presente à defesa da tese estava o Vice-Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Amilson Álvares. Ele representou o Presidente do órgão, Jaldo de Souza Santos, que, no dia, tinha outro compromisso agendado.

A atenção farmacêutica é um dos temas mais palpitantes da atualidade farmacêutica, pelo que tem de social e sanitário. Para Amilson Álvares, a discussão em torno da atuação do farmacêutico em doenças, no plano da atenção básica, a exemplo da hipertensão arterial, é "importantíssima", e deve ser tratada, tanto no âmbito científico e da pesquisa, como do ponto de vista prático. "É o sonho de todo farmacêutico poder realizar esses trabalhos", afirma o Vice-Presidente do CFF, acrescentando: "Os serviços de atenção são um *plus* para a figura do farmacêutico", afirma.

Álvares explica que o profes-

sional seria mais valorizado, tanto pela população a quem presta os seus serviços de extrema utilidade e necessidade, quanto pelos próprios donos de farmácia, uma vez que a atividade tende a aumentar o movimento em seus estabelecimentos.

A dissertação da farmacêutica Ana Aline Estieguerds teve como orientador o médico epidemiologista e professor de Epidemiologia da Escola de Farmácia da UFOP, George Luiz Lins Machado Coelho, e como co-orientadora a farmacêutica e professora de Farmácia Hospitalar e Atenção Farmacêutica da mesma Escola de Farmácia, Lisiane da Silveira Ev. Os dois participaram da Banca, que reuniu, ainda, a farmacêutica Cláudia Osório de Castro, da Fiocruz, e o médico cardiologista Raimundo Nascimento, professor da Escola de Farmácia da UFOP.

ORIGEM - A Dra. Lisiane explica que a tese de Ana Aline tem origem num projeto piloto de atenção farmacêutica na hipertensão arterial de iniciativa do Fórum Farmacêutico das Américas e OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), desenvolvido pela UFOP com o apoio do Conselho Federal de Farmácia. "Por isso, nós convidamos o Dr. Jaldo de Souza Santos para assistir à apresentação da dissertação da tese da Ana Aline", argumenta Lisiane, que coordenou o projeto piloto.



A farmacêutica Ana Aline Estieguerds defendendo a sua tese na Escola de Farmácia da UFOP



A mestranda Ana Aline Estieguerds posa para foto com integrantes da Banca e o convidado Amilson Álvares, Vice-Presidente do CFF (segundo da direita)

"Não adianta falar que a atenção farmacêutica contribui para a melhoria do paciente. É necessário demonstrar cientificamente o impacto que essa intervenção farmacêutica causa sobre a efetividade dos tratamentos farmacológicos", salientou Lisiane da Silveira Ev.

A dissertação da mestranda Ana Aline Estieguerds, segundo Lisiane, foi exatamente uma demonstração científica das vantagens da atenção farmacêutica que, conclui a professora da Escola de Farmácia da UFOP, "é, também, a forma de o farmacêutico se inserir na equipe de saúde".

Pelo jornalista Aloísio Brandão, editor desta revista.

O farmacêutico na diálise

■ “MUITAS CLÍNICAS DE DIÁLISE RECEBEM MEDICAMENTOS DE ALTO-CUSTO FINANCIADOS PELA UNIÃO OU PELOS ESTADOS, MAS NÃO TÊM O FARMACÊUTICO PARA FAZER A DISPENSAÇÃO DESTES MEDICAMENTOS” (MARCO AURÉLIO SCHRAMM RIBEIRO, CONSELHEIRO FEDERAL DE FARMÁCIA PELO CEARÁ E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FARMÁCIA HOSPITALAR DO CFF).



Crédito: Arquivo Unesp.

O Plenário do Conselho Federal de Farmácia (CFF) aprovou, em sua primeira reunião de 2009, realizada, nos dias 19 e 20 de janeiro, a Resolução que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito dos serviços de diálise. De acordo com a Resolução, são atribuições do farmacêutico: contribuir para prover os meios necessários para o monitoramento e prevenção dos riscos de natureza química, física e biológica inerentes aos procedimentos correspondentes a cada tipo de tratamento.

Segundo o texto, cabe, ainda, ao farmacêutico participar da seleção e qualificação dos fornecedores de medicamentos, produtos para saúde, equipamentos, insumos e saneantes; e participar das decisões relativas à terapia medicamentosa e aos protocolos clínicos.

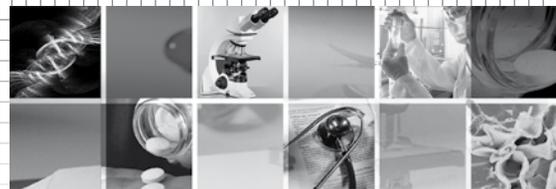
A Resolução, que entrará em vigor, na data de sua publicação no “Diário Oficial da União” (DOU), foi elaborada pela Comissão de Farmácia Hospitalar do CFF, com o apoio das farmacêuticas hospitalares Adriana Chaves e Maria Favarin, ambas convidadas pelo Conselho.



Conselheiro Federal Marco Aurélio Schramm Ribeiro

Para o Presidente da Comissão, Marco Aurélio Schramm, o objetivo é facilitar a participação do farmacêutico nos serviços de diálise. “Muitas clínicas de diálise recebem medicamentos de alto-custo financiados pela União ou pelos Estados, mas não têm o farmacêutico para fazer a dispensação correta destes medicamentos. Este é só um exemplo da importância da atuação do farmacêutico nas clínicas de diálise”, disse Schramm.

Pela jornalista Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF.



Consultas Públicas do CFF

■ ESTÃO NO *SITE* DO CFF A CONSULTA PÚBLICA 01/09, QUE MODIFICA A RESOLUÇÃO Nº 464/2007, A QUAL DISPÕE SOBRE A INSCRIÇÃO, O REGISTRO, O CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO E A AVERBAÇÃO NO CRF, E A 02/09, SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE INSTITUI A ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO FARMACÊUTICO (ART).

O Conselho Federal de Farmácia disponibilizou, em seu *site* (www.cff.org.br), a Consulta Pública nº 01/09, para receber sugestões sobre a modificação da Resolução nº 464/2007 (CFF), que dispõe sobre a inscrição, o registro, o cancelamento de inscrição e a averbação no Conselho Regional de Farmácia. O prazo para encaminhar sugestões estava previsto para findar-se no dia 9 de fevereiro de 2009.

De acordo com a proposta de modificação, fica sujeito à averbação, na inscrição e no registro, toda alteração de qualificação profissional e assunção de responsabilidade técnica, bem como as alterações contratuais das pessoas jurídicas. A assunção da responsabilidade técnica é conferida pela Certidão de Regularidade fornecida pelo Conselho Regional, que será cancelada na ocorrência de qualquer altera-

ção da relação contratual entre o farmacêutico e a pessoa jurídica.

Segundo a proposta, para exercer a profissão, o farmacêutico deverá estar inscrito obrigatoriamente no Conselho Regional de Farmácia a cuja jurisdição estiver sujeito, ficando obrigado ao pagamento de anuidade ao mesmo, até 31 de março de cada ano, acrescida de 20% de mora, quando fora desse prazo. A inscrição, provisória ou definitiva, poderá conter restrições da atuação profissional em função da análise do Projeto Pedagógico de Curso da Instituição de origem do egresso.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA – Também, está disponibilizada, no *site* do CFF, a Consulta Pública nº 02/09, sobre a proposta de Resolução que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica do farmacêutico (ART). De acordo com o texto da proposta, a ART é um

documento comprobatório de que o responsável técnico tem qualificação profissional para responder sobre a atividade profissional farmacêutica desenvolvida. O prazo para encaminhar sugestões vai até o dia 15 de março de 2009.

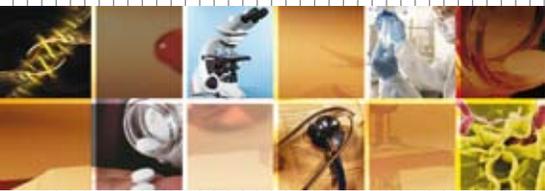
A consulta pública é uma ferramenta usada por entidades governamentais, administrativas e de classe e que abre a possibilidade de discussão sobre diversos temas em qualquer área, inclusive a Farmácia. Ela permite, de forma democrática e transparente, a participação e contribuição de todos na elaboração de resoluções e projetos em benefício da categoria farmacêutica.

Visite o *site* do CFF (www.cff.org.br) e tenha acesso à íntegra das propostas. Participe, enviando suas sugestões.

Pela jornalista Veruska Narikawa, da Assessoria de Imprensa do CFF.



ANIVERSÁRIO Uma das mais antigas organizações farmacêuticas de São Paulo, a Associação Riopretense de Farmacêuticos (ARF), de São José do Rio Preto, está completando 27 anos de fundação. A instituição tem uma atuação científico-cultural, oferecendo aos seus associados cursos de qualificação, serviços de bolsa de empregos, palestras, convênio médico e outros serviços. Na foto (em pé, da esquerda para a direita): Carla Cristina Airuti (Conselheira fiscal), Anderson José de Almeida (Presidente), Ely Eduardo Saranz Camargo (Conselheiro Federal de Farmácia pelo Estado de São Paulo e Ex-Presidente da ARF); José Luiz Franceschi (Conselheiro fiscal), Ana Silvia (farmacêutica associada) e, à frente, Maria Luiza Rodrigues (Conselheira fiscal). Sentadas: Denise Fusco Marques (Primeira-Secretária), Nelcilene Bolssone Francisco (Segunda-Secretária) e Suemis Maria de Castro Alves (Primeira-Tesoureira).



Farmacêuticos terão nova Carteira Profissional

DOCUMENTO TRAZ VÁRIAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, ALÉM DE SER MAIS SEGURA E APRESENTÁVEL.

Os farmacêuticos terão, já em 2009, a sua nova Carteira de Identidade Profissional. Ela irá substituir as cédulas em papel moeda, que já não são mais emitidas, desde o dia 1º de janeiro de 2009. Confeccionada em policarbonato, a nova cédula é só vantagens. A emissão das novas cédulas segue a Resolução 494, de 26 de novembro de 2008, do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

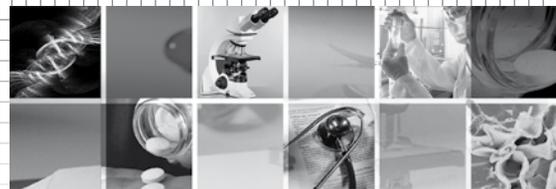
Com novos itens de segurança, a maior inovação da cédula, além de sua resistência e praticidade, é a presença de um chip de certificação digital, como os existentes em alguns cartões bancários. O chip poderá armazenar dados profissionais, como dados sobre a formação (especializações etc.), áreas de atuação e outros. Os dados contidos no chip poderão ser atualizados pelo farmacêutico, sempre que ele julgar necessário, junto ao Conselho Regional de Farmácia (CRF) a que está vinculado.



Integrantes da Comissão de Legislação e Regulamentação do CFF, responsáveis pela elaboração da nova cédula de identidade profissional. Da esquerda para a direita: Drs. Jorge Antônio Piton Nascimento, Walter da Silva Jorge João, José Carlos Cavalcanti, Armando Luciano de Lacerda Maçal Filho e Rogério Guimarães Frota Cordeiro

A nova cédula começou a ser desenvolvida, em abril de 2008, por cinco membros da Comissão de Legislação e Regulamentação do CFF (Coleg). São eles os farmacêuticos Walter da Silva Jorge João, Presidente da Comissão e Conselheiro Federal pelo Estado do Pará; Jorge Antônio Piton Nascimento, Conselheiro Federal pela Bahia; José Carlos Cavalcanti, Conselheiro Federal pelos Estados do Amazonas e Roraima; Armando Luciano de Lacerda Maçal Filho (Pará) e Rogério Guimarães Frota Cordeiro (São Paulo).

A idéia de reformulação e modernização da Carteira de Identidade Profissional do Farmacêutico surgiu da preocupação do Presidente do CFF, Jaldo de Souza



Santos, em oferecer aos profissionais uma cédula de identificação mais segura, resistente e moderna, e que agregasse à profissão mais notoriedade.

Para Walter da Silva Jorge João, além de todos os benefícios, a nova Carteira trará mais credibilidade e confiabilidade aos farmacêuticos. Ela mostra a organização da categoria e denota a preocupação destes profissionais com a segurança

de seus dados, pois o novo modelo afasta quase que 100% o risco de fraudes e falsificações do documento, além de ser muito mais apresentável.

A substituição da cédula de papel moeda pela de policarbonato não é obrigatória, e será feita gradativamente, à medida que as cédulas antigas expirarem seu prazo de validade. Entretanto, os farmacêuticos que possuem a sua

Carteira de Identidade Profissional do modelo antigo e desejarem substituí-las pela nova versão, poderão fazê-lo junto ao seu CRF, mediante o pagamento de uma taxa, que poderá variar de acordo com a região. Os Conselhos terão um prazo de 90 dias para a emissão da cédula, contados a partir do dia de sua solicitação.

Pela estagiária de Jornalismo Paula Diniz.

Cofins: entidades estudam medidas contra decisão do STF

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, reuniu-se, no dia 9 de fevereiro de 2009, com o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Cezar Britto, para estudar medidas que visem sustar os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada, em setembro de 2008, segundo a qual as sociedades de profissionais liberais terão de pagar a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O STF entende que a medida é retroativa, ou seja, as empresas devem pagar os impostos devidos, nos últimos 12 anos.

A reunião foi uma iniciativa do CFOAB e contou com a participação de vários Conselhos Profissionais. Estavam presentes o Presidente e a Secretária – Geral do CFF, Jaldo de Souza Santos e Lérida Maria Vieira, e o Assessor



O Assessor Jurídico do CFF, Gustavo Beraldo; a Secretária – Geral e o Presidente do CFF, Lérida Maria Vieira e Jaldo de Souza Santos, e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Cezar Britto.

Jurídico do órgão, Gustavo Beraldo. Além da OAB e CFF, participaram do encontro os dirigentes dos Conselhos de Enfermagem (Cofen), de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e de

Corretores de Imóveis (Cofeci), que manifestaram apoio à proposta do CFOAB. As categorias presentes à reunião representam mais de 2,5 milhões de profissionais brasileiros.



Novas normas para bulas



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) disponibilizou, em seu *site*, um espaço para contribuições à que prevê a revisão das normas para bulas de medicamentos, no País. O Conselho Federal de Farmácia (CFF) apóia a ação da Agência e destaca a importância da distinção entre bulas destinadas aos profissionais de saúde e bulas para pacientes. Para estas últimas, o CFF defende a utilização de uma linguagem didática.

De acordo com a proposta da Anvisa, a bula destinada ao

profissional de saúde é um documento legal sanitário que contém informações técnico-científicas e orientadoras sobre medicamentos destinados exclusivamente aos profissionais. Já a bula para o paciente, deve ser também um documento legal sanitário, mas de fácil compreensão e que contém informações e orientações sobre medicamentos.

O Vice-presidente do CFF, Amílson Álvares, acredita que o ganho social obtido com a publicação das novas regras será maior que o ganho técnico que a Consulta Pública certamente terá. “É a oportunidade que a sociedade tem para ser ouvida. O conteúdo atual das bulas é muito técnico, apresenta informações repetidas e com visualização ruim. A grande maioria dos idosos brasileiros faz uso contínuo de medicamentos para hipertensão e muitos não conseguem ler a bula. Esse tipo de acompanhamento está além da atenção farmacêutica”, afirma.

Atualmente, as regras para bulas de medicamentos estão definidas pela Portaria n. 110/97 e pela Resolução n. 140/03. A Consulta Pública traz inovações relativas à forma e conteúdo das bulas e pretende aprimorar o material destinado aos profissionais de saúde e pacientes.

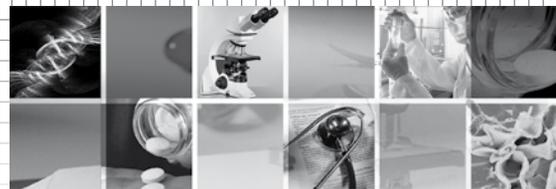
Entre as propostas, está a definição de tamanho mínimo para a

letra, tipo de fonte e espaçamento entre parágrafos, para melhorar a visibilidade e facilitar a leitura dos textos das bulas. Outra preocupação é a distinção entre bulas destinadas aos profissionais de saúde e bulas para pacientes. A proposta é que as bulas sejam mais objetivas, evitando a repetição de informações. No caso das bulas para pacientes, os dados continuarão sendo estruturados num formato de perguntas e respostas.

O Bulário Eletrônico, base de dados que publica as bulas em formato eletrônico no *sítio* da Anvisa, será mantido. Atualmente, o sistema está em manutenção para revisão e ampliação do banco de dados.

A população tem até o dia 24 de fevereiro DE 2009 para enviar suas sugestões e críticas. Além do formulário de envio, disponibilizado no *site* da Anvisa, as contribuições podem ser encaminhadas, por escrito, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/GGMED, Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, Trecho 05, Área Especial nº. 57, Brasília – DF, CEP 71 205-050; por e-mail para o endereço cp.bulas@anvisa.gov.br, ou para o fax número (61) 3462-5586.

Pela jornalista Veruska Narikawa,
da Assessoria de Imprensa do CFF.
Fonte: Anvisa.



Rede Farmácia de Minas inaugura sua primeira unidade



O Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Jaldo de Souza Santos, recebeu, na tarde de dia 28 de janeiro de 2009, em seu Gabinete, em Brasília, a visita do Consultor e do Assessor da Superintendência de Assistência Farmacêutica da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), farmacêutico Luiz Marinho e advogado Daniel Faleiros. Eles foram convidados para assistir à inauguração da primeira unidade da Rede Farmácia de Minas, no dia 13 de fevereiro de 2009, no Município de Arceburgo, no Sul do Estado. O Vice-Presidente Amilson Álvares; a Secretária-Geral Lérica Vieira e o Tesoureiro Edson Taki, do CFF, também, participaram da reunião.

Por ter outros compromissos, na mesma data, o Presidente do CFF não pôde comparecer ao

evento. Ele foi representado pelo farmacêutico Jarbas Tomazoli, Assessor Técnico do órgão.

A inauguração do primeiro estabelecimento da Rede, segundo Luiz Marinho, simboliza o cumprimento do cronograma estabelecido pelo Governo estadual. O programa foi lançado, no dia 17 de junho de 2008, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, pelo Governador de Minas, Aécio Neves, em solenidade que contou com a presença do Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos.

Com a inauguração da farmácia de Arceburgo, a Secretaria de Saúde do Estado estará consolidando a primeira etapa do programa, que prevê a entrega pelo Governo estadual de 67 unidades farmacêuticas. Cada Município de até 10 mil habitantes será contemplado com uma unidade. A maioria dos Muni-

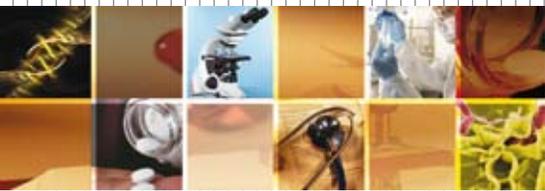
O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos (à mesa), foi convidado para assistir à inauguração da primeira unidade do Programa Farmácia de Minas pelo Consultor e pelo Assessor da Superintendência de Assistência Farmacêutica de Minas, farmacêutico Luiz Marinho e advogado Daniel Faleiros (segundo e terceiro da esquerda). Participaram da reunião os demais dirigentes do CFF: a Secretária-Geral Lérica Vieira, o Vice-Presidente Amilson Álvares e o Tesoureiro Edson Taki.

cípios mineiros (493 Municípios de um total de 853) tem essa população. Até 2010, a SES/MG terá inaugurado 600 unidades, expandindo o benefício a Municípios com essa população.

“Eu tenho uma enorme simpatia com o projeto Rede Farmácia de Minas o qual, aliás, vi nascer. É um projeto muito bem elaborado, de grande alcance social e que prima pelos serviços farmacêuticos”, declara Dr. Jaldo de Souza Santos.

Cada estabelecimento da rede será dirigido por um farmacêutico. Eles serão remunerados com recursos municipais e ganharão um incentivo do Tesouro do Estado de Minas. Seiscentos farmacêuticos mineiros serão empregados pelo programa.

Pelo jornalista Aloísio Brandão, editor desta revista.



Farmácia Hospitalar



A Comissão de Farmácia Hospitalar do Conselho Federal de Farmácia iniciou os estudos de elaboração da proposta de Resolução que irá normatizar a atribuição do farmacêutico em auditorias. A norma não tratará só do âmbito hospitalar, mas da área de auditoria em qualquer setor, com o objetivo de atender e orientar os profissionais que desejam atuar na área de auditoria.

A Comissão irá elaborar, também, em 2009, proposta de resolução que disporá sobre as atividades do auxiliar de farmácia no âmbito da farmácia hospitalar. O objetivo principal da matéria é regulamentar as competências do profissional de nível médio em sua atuação no ambiente hospitalar sob a supervisão e orientação do farmacêutico.

Outra atividade da Comissão é a sua participação na elaboração do “Guia de Boas Práticas em

Medicamentos e Produtos para a Saúde”, da Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar (Sbrafh). Será uma publicação inédita, já que o País não conta com um trabalho semelhante nesse segmento profissional.

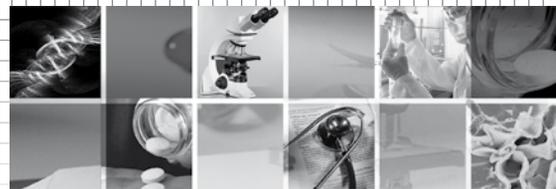
Trata-se de um *Guideline*, que servirá de parâmetro para que farmacêuticos hospitalares possam se aprimorar em suas atividades. Ele conta com o apoio do CFF, e será lançado no “VII Congresso Brasileiro de Farmácia Hospitalar”, que acontecerá, em Belo Horizonte, de 11 a 13 de junho de 2009.

O evento terá como tema central “Qualidade na Farmácia Hospitalar e nos Serviços de Saúde”. Durante o VII Congresso, será realizado o “II Encontro Brasileiro de Residências em Farmácia Hospitalar”. A Comissão propôs à Sbrafh quatro dos temas que serão debatidos no evento.

RESOLUÇÕES – Nos últimos três anos, a Comissão de Farmácia Hospitalar do CFF elaborou e levou a Plenário do Conselho várias propostas de Resoluções tratando da atividade dos profissionais que atuam no setor. São elas: a Resolução 449/06, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na Comissão de Farmácia Terapêutica; a 478/08, que regulamenta o registro, guarda e manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica nos serviços de saúde; a 486/08, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na radiofarmácia; a 492/08, que regulamenta o exercício profissional nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública e privada. A mais recente foi a Resolução 500/09, que dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito dos Serviços de Diálise, de natureza pública e privada.

A Comissão de Farmácia Hospitalar é formada pelo Conselheiro Federal pelo Estado do Ceará, Marco Aurélio Schramm Ribeiro (Presidente), Ilenir Leão Tuma (Goiás), José Ferreira Marco (São Paulo) e Eugenie Desireé Rabelo Neri (Ceará).

Pela estagiária de Jornalismo Paula Diniz.



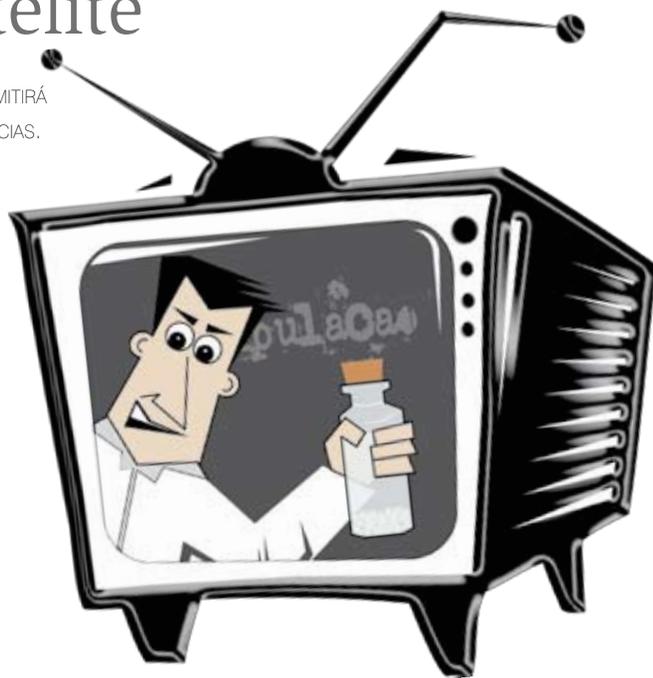
Farmacêuticos ganham canal de TV via satélite

■ DEDICADO À FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO, NOVA EMISSORA TRANSMITIRÁ CONTEÚDOS TÉCNICOS PARA PÚBLICO POTENCIAL DE 8 MIL FARMÁCIAS.

A Anfarmag (Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais) lançou, no Dia do Farmacêutico (20 de Janeiro), um canal corporativo via satélite voltado para todas as farmácias do País. O primeiro programa transmitido pela **TV Farma** foi o debate “O conhecimento, os serviços farmacêuticos e a farmácia brasileira”, que contou com a participação do Presidente da Anfarmag, Hugo Gudes de Souza; do Presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, e de outros dirigentes de organizações farmacêuticas. Eles abordaram a importância de a farmácia ser reconhecida como estabelecimento de saúde. O debate aconteceu nos estúdios da emissora, localizada na Alameda Madeira, 44 – Alphaville – São Paulo.

Fomentada pela Anfarmag, a TV Farma é um novo canal de televisão dedicado exclusivamente à farmácia brasileira cuja programação contempla treinamentos, cursos, informativos, entrevistas, jornais, entre outros. Utilizando os mais modernos recursos tecnológicos, as atividades da emissora serão conduzidas por renomados profissionais, e transmitidos em diferentes horários e dias para permitir que sejam assistidos pelo maior número possível de profissionais, conforme conveniência e disponibilidade.

Com a TV, profissionais e empresas também terão acesso aos



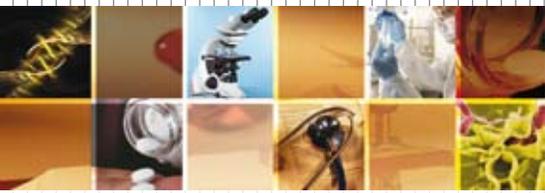
lançamentos dos principais fornecedores do segmento, como cursos e programas desenvolvidos por estes, de forma a manter os assinantes informados sobre as novidades do mercado.

TV Anfarmag – A TV Farma é um desdobramento do projeto TV Anfarmag que, nos últimos dois anos, deu suporte ao Sistema Nacional de Aperfeiçoamento e Monitoramento Magistral (Sinamm), que prevê as farmácias e farmacêuticos programas de educação continuada de conteúdos técnicos e gerenciais, inclusive adequando o estabelecimento às exigências da legislação.

O projeto permitiu um desenvolvimento de programação modular em escala, com a agregação de diversos instrumentos técnicos e institucionais da Anfarmag e de outros integrantes do cenário farmacêutico

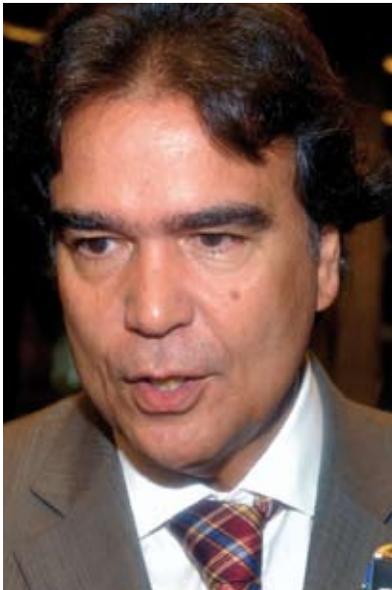
nacional. Demonstrou ter potencial para autofinanciamento, a partir da exploração comercial da marca Anfarmag e do público ao qual se destina com geração de recursos para a entidade reverter em benefício direto aos associados. E permite a instalação em escala do equipamento em cada farmácia do País.

PROGRAMAÇÃO – Os conteúdos dos programas serão desenvolvidos pelas áreas técnicas da Anfarmag e por consultores em administração farmacêutica, que contarão com apoio da Enad, responsável pela geração e transmissão dos programas e pela instalação dos equipamentos. A grade da TV Farma está elaborada e já está sendo apresentada ao público assinante. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (11) 5585-3363, (11) 8192-0700, 8192-0002 e 8192-0099.



Conferência Mundial vai discutir acesso universal à saúde

■ EM BELÉM (PA), MOVIMENTOS SOCIAIS LANÇAM CAMPANHA PELO RECONHECIMENTO DO SUS COMO PATRIMÔNIO SOCIAL E CULTURAL DA HUMANIDADE.



Ministro da Saúde, José Gomes Temporão: "Conferência será uma oportunidade de debatermos o acesso integral à saúde, a defesa dos sistemas universais e a garantia de qualidade de vida, solidariedade e paz às populações"

O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou a realização da **1ª Conferência Mundial de Sistemas Universais de Saúde e Seguridade Social**. O encontro está previsto para ocorrer, em 2009, no Brasil. O anúncio foi feito, no dia 26 de janeiro, em Belém (PA), durante o "III Fórum Mundial Social da Saúde", inserida na 9ª edição do Fórum Social Mundial.

"A Conferência será uma oportunidade de debatermos, ainda em 2009 e com a participação de gestores estrangeiros, o acesso integral à saúde, a defesa dos sistemas universais e a garantia de qualidade de vida, solidariedade e paz às populações", afirmou o Ministro.

A expectativa é que cerca de 70 países participem do encontro para a discussão do desenvolvimento de sistemas universais de saúde. Durante a solenidade de abertura do Fórum Mundial de Saúde, os movimentos sociais também lançaram a campanha pelo reconhecimento do Sistema Único

de Saúde (SUS) como Patrimônio Social e Cultural da Humanidade, título concedido pela Unesco.

"Considero importante essa iniciativa dos movimentos sociais pelas características do modelo brasileiro de saúde pública", comentou Temporão. "O SUS atende a população, de forma indistinta, promovendo inclusão social e apresentando resultados que são uma verdadeira revolução silenciosa na atenção à saúde dos brasileiros", completou.

ATENÇÃO BÁSICA – Nesse contexto, o Ministro destacou as políticas públicas focadas na atenção básica, observando os impactos da Estratégia Saúde da Família na vida de 100 milhões de pessoas e o Programa Nacional de Imunizações (PNI). Segundo Temporão, essas ações são modelo de assistência primária à saúde e – assim como o Programa Nacional de DST/Aids – reconhecidas internacionalmente como modelos de atenção universal à saúde coletiva.

Erro

Na edição 68, na página 22, em matéria intitulada "Dr. Jaldo recebe o título de Cidadão Honorário de Brasília", a revista PHARMACIA BRASILEIRA erra, quando diz que o Presidente do Conselho Federal, Jaldo de Souza Santos, reside, em Brasília, há mais de 12 anos. Em verdade, Souza Santos tem residência, em Goiânia.

O que fazer com os medicamentos vencidos?

■ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOIÂNIA FAZ CAMPANHA PARA ENSINAR A POPULAÇÃO A DAR DESTINAÇÃO CORRETA AOS MEDICAMENTOS QUE PERDERAM A VALIDADE. EM 15 DIAS, CAMPANHA RECOLHEU 1,3 TONELADA DE PRODUTOS VENCIDOS.

O que fazer com medicamentos que perdem a validade e continuam a ocupar espaço na “farmacinha” caseira? Para conscientizar a população sobre os riscos da automedicação e destinação correta dos medicamentos vencidos, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Goiânia lançou, no dia 20 de janeiro de 2009 (Dia do Farmacêutico), a campanha “Para o meio ambiente, o melhor remédio é preservar”, que perdurou até nove de fevereiro. Em 15 dias, a Prefeitura recolheu 1,3 tonelada de medicamentos vencidos.

Por conterem substâncias químicas, os medicamentos não ingeridos e descartados de forma inadequada – no lixo doméstico ou vaso sanitário – podem contaminar o solo, a água e oferecer riscos à saúde da população e de animais. Farmacêuticos da SMS distribuíram folhetos com endereços apropriados de entrega de produtos vencidos e, durante toda a campanha, eles orientaram populares sobre os riscos da automedicação.

A operação teve como parceiros o Conselho Federal de Farmácia, Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Goiás, Associação Nacional de Farmacêuticos Magistrais e Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Goiás.

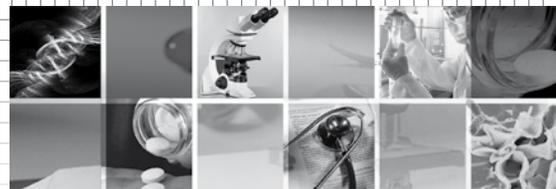
RISCOS - Os medicamentos podem se transformar em um

grande problema, quando seus prazos de validade se esgotam, afirma a Chefe da Divisão de Insumos e Medicamentos da Secretaria Municipal de Saúde, Lorena Baía. “Além do risco de contaminação ou de intoxicação com seu simples manuseio, nem sempre é fácil se livrar de embalagens, ampolas ou injeções, sem criar transtornos, ou sem prejudicar o meio ambiente”, advertiu a farmacêutica.

A RDC 306/04, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, trata do regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. O descarte de medicamentos inclui-se nessa Resolução. Entre as recomendações, estão a separação dos produtos e o seu envio para empresas de gerenciamento de resíduo sólido.

As normas existentes dizem respeito aos serviços de saúde. A Diretora do Departamento de Vigilância Sanitária da SMS, farmacêutica Mirtes Bezerra, diz que ainda não foram editadas regras que orientem o usuário de medicamento. No entanto, diz Mirtes Bezerra, conforme preconiza o artigo 225, da Constituição Federal (que trata do Direito Ambiental), cabe a cada indivíduo preservar o meio ambiente para a presente e a futura gerações.

A Presidente do Conselho Regional de Farmácia de Goiás, Nara

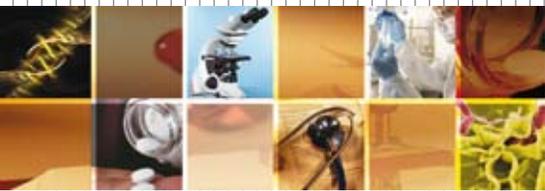


Em Goiânia, campanha da Prefeitura recolheu 1,3 tonelada de medicamentos vencidos

Luiza de Oliveira, reforça o perigo ambiental contido no descarte inadequado dos medicamentos. “As pessoas quase sempre jogam os medicamentos vencidos ou as sobras no lixo, no vaso sanitário ou na pia, porque não têm onde descartá-los. Isso contribui para gerar sérios problemas ao meio ambiente”, alerta.

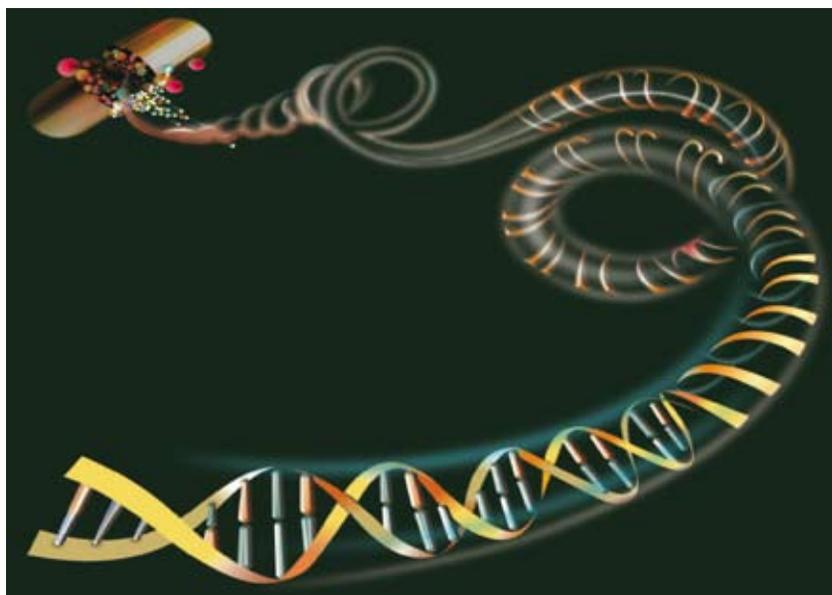
Nara Luiza de Oliveira citou o caso dos antibióticos que, quando descartados erroneamente, concorrem para o desenvolvimento da resistência microbiana. A campanha desenvolvida pela Prefeitura de Goiânia mereceu elogios da Presidente do CRF-GO. Segundo ela, a população precisa ser esclarecida sobre o perigo do descarte impróprio de medicamentos.

ARMAZENAMENTO - Não basta apenas observar a validade dos produtos adquiridos, na farmácia. Respeitar as orientações descritas na bula e embalagem dos medicamentos é importante para que a estabilidade do produto não fique comprometida, ensina o Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Goiás, Cadri Awad. Ele cita como exemplo de prática incorreta o armazenamento da “farmacinha caseira” em armários de banheiro. “A temperatura e a umidade do local podem alterar a composição do remédio e sua eficácia”, alerta.



MS financia estudo sobre células-tronco inédito, no Brasil

■ PAÍS GERA PRIMEIRA LINHAGEM DE CÉLULAS-TRONCO QUE PODEM SE TRANSFORMAR EM QUALQUER TIPO DE CÉLULA E SÃO SEMELHANTES ÀS CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS.



O Ministério da Saúde é um dos financiadores do estudo que levou à primeira linhagem de células-tronco pluripotentes induzidas. Elas são capazes de se transformar em qualquer tipo de célula. São semelhantes às células-tronco embrionárias, mas não necessitam de embriões para serem obtidas. O Brasil passa a ser o quinto país a produzir células-tronco pluripotentes, a partir de células não-embriônicas. Os primeiros foram Japão, Estados Unidos, Alemanha e China.

A pesquisa coordenada pelo neurocientista Stevens Rehen, do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pelo biomédico Martin Bonamino, do Instituto Nacional do Câncer (Inca), foi divulgada, no

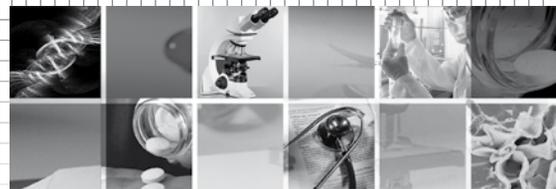
dia 24 de janeiro de 2009. “O financiamento do Ministério foi crucial. Com a primeira chamada para pesquisas na área de terapia celular, puderam ser adquiridos vários equipamentos de laboratório, reagentes, além de investimentos na montagem de equipe”, ressaltou o cientista.

Rehen é um dos pesquisadores da Rede Nacional de Terapia Celular (RNTC), coordenada pelo Ministério da Saúde. A rede promove a transferência de conhecimentos e tecnologias na área de terapias celulares para assistência à saúde. Além de fomentar pesquisas pré-clínicas e clínicas na área, a RNTC apóia o desenvolvimento de infra-estrutura para a derivação de linhagens brasileiras de células-tronco em condições de Boas Práticas de Fabricação (GMP).

INVESTIMENTOS – O grupo de pesquisa da UFRJ recebeu do Ministério da Saúde R\$ 200 mil, em 2005, e deve receber mais R\$ 3 milhões, em 2009, para continuar seus estudos. Ao todo, o Ministério da Saúde investirá R\$ 30 milhões na RNTC, neste ano. A rede visa a integrar os principais grupos de pesquisa em terapia celular em atividade, no País, para a troca de experiências e colaboração científica e tecnológica.

A metodologia da pesquisa desenvolvida pela equipe está disponível no *site* <http://www.anato.ufrj.br/ips> e traz informações que normalmente não são compartilhadas por pesquisadores estrangeiros que já dominam a técnica. A intenção é estimular a utilização da técnica por outros laboratórios do País. As células-tronco desenvolvidas – chamadas de i-Rio-1 e iPS293 – estarão disponíveis gratuitamente para a comunidade científica brasileira associada à RNTC.

Para chegar à descoberta, Rehen utilizou células de rim humano. As células foram reprogramadas com o auxílio de vírus produzidos pela equipe do Inca. O domínio da reprogramação celular garante ao Brasil a possibilidade imediata de criação de modelos inéditos para o estudo de doenças como Parkinson, esquizofrenia, cardiopatias, além de doenças genéticas como Síndrome de Down e distrofia muscular.



Novas regras para importação de medicamentos controlados



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou, no dia 5 de janeiro de 2009, novas regras para importação e exportação de medicamentos controlados. O objetivo é aperfeiçoar os procedimentos relativos ao comércio internacional destes produtos, de forma a atender aos requisitos de controle estabelecidos pela Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Resolução RDC 99 altera algumas disposições previstas em normas anteriores e regulamen-

ta novos procedimentos. Entre as principais alterações, destacam-se os novos prazos para solicitação de Cota Anual de Importação, mudança nos formulários de petição, novas exigências para desembaraço aduaneiro e alteração do número de vias das autorizações emitidas.

As empresas que importam e exportam medicamentos controlados devem consultar a nova Resolução para que possam se adequar às novas exigências. A íntegra do texto pode ser acessada por meio do link Legislação, no site da Anvisa (www.anvisa.gov.br).

Brasil ganha base de dados de ensaios clínicos

■ A PLATAFORMA VAI PERMITIR QUE SOCIEDADE E COMUNIDADE CIENTÍFICA TENHAM ACESSO A INFORMAÇÕES E RESULTADOS DE ENSAIOS CLÍNICOS.

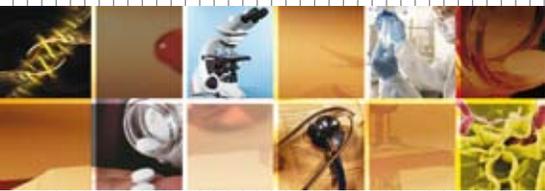
O Ministério da Saúde vai disponibilizar para a sociedade e a comunidade científica informações de interesse público sobre o desenvolvimento e resultados dos ensaios clínicos feitos, no Brasil. Alguns deles integram pesquisas realizadas, em vários países. São os chamados estudos multicêntricos.

O Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (Rebrac) ficará pronto, até o final de 2009, e estará sob a coordenação do Departamento

de Ciência e Tecnologia (Decit) do Ministério da Saúde. Ensaios clínicos são pesquisas em saúde que envolvem seres humanos para testar medicamentos, exames e equipamentos diagnósticos ou protocolos terapêuticos.

A partir da criação do registro, que terá sua base física na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), toda pesquisa com seres humanos em saúde, realizada, no País, deverá ser registrada nessa plataforma. O





registro é uma das exigências da Organização Mundial da Saúde (OMS), responsável pela criação de uma rede internacional de informações de pesquisas com seres humanos.

Com o Rebrac, o Brasil passa a fazer parte dessa rede. Entre os seus objetivos, estão o fortalecimento da regulação da pesquisa clínica, no Brasil, e disponibilização do modelo tecnológico a outros países latino-americanos e da África.

TRANSPARÊNCIA – “O Rebrac é de fundamental importância para o Brasil, pois queremos conferir total transparência aos ensaios clínicos, divulgando não apenas resultados positivos, mas também os negativos, o que nem sempre é feito hoje em dia. No momento em que passamos a fazer parte dessa

rede mundial da OMS, evita-se registros duplicados e desperdício de recursos com pesquisas iguais, realizadas ao mesmo tempo”, explica o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Reinaldo Guimarães.

O Registro Brasileiros de Ensaios Clínicos consiste em um *software* aberto, que permitirá a comunicação com a Plataforma Internacional de Registro de Ensaios Clínicos/OMS, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), a Biblioteca Regional de Medicina (Bireme) e o registro regional da América Latina e Caribe. O sistema adotado oferecerá informação em três línguas: português, inglês e espanhol.

Além disso, garantirá confidencialidade da informação em confor-

midade com os princípios de ética em pesquisa com seres humanos. A plataforma será dividida em diferentes níveis de segurança de acesso para os sujeitos de pesquisa, pesquisadores e sociedade em geral.

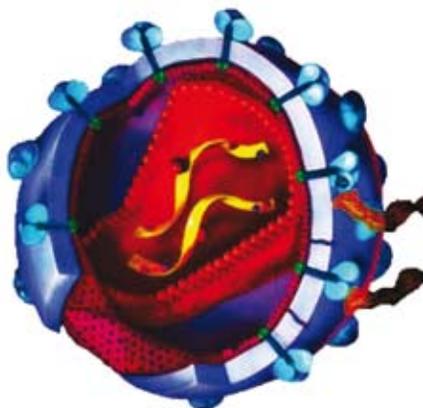
A iniciativa é um instrumento de Estado para o fortalecimento das ações de ciência e tecnologia em saúde, desenvolvidas, no País. Participam da iniciativa o Decit do Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Biblioteca Regional de Medicina (Bireme), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

Mais informações podem ser obtidas pelos telefones 0800 61 1997 ou 61 3315-2425 (Atendimento ao cidadão).

Rapidez na mutação explica invulnerabilidade do HIV

Cientistas descobriram recentemente dados relevantes sobre a ação do HIV no organismo. Segundo a pesquisa, apenas um vírus é o suficiente para iniciar a infecção. Após a infecção, devido à capacidade do vírus de se desenvolver muito rapidamente, em pouco tempo, o paciente já hospeda milhares de versões do mesmo vírus, todas elas diferentes.

E é justamente esta capacidade de se multiplicar tão rapidamente que torna o vírus causador da Aids tão poderoso. A pesquisa concluiu que essa peculiar for-

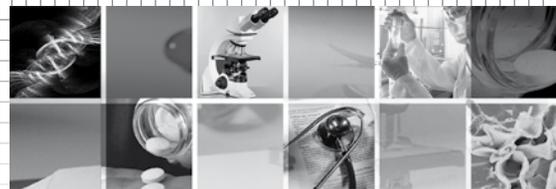


ma de evolução do vírus em cada paciente é o que permite ao HIV se tornar resistente às drogas antivirais. A pesquisa do HIV, lidera-

da por Ha Youn Lee, professor de Bioestatística da Universidade de Rochester, em Nova York, também descobriu que a evolução do vírus não ocorre em um ritmo constante. Ela desacelera, quando é diminuído o nível das células imunológicas conhecidas como CD4+T.

De acordo com os pesquisadores, é possível que, diante do enfraquecimento do sistema imunológico do infectado, o vírus não sinta mais sua “pressão seletiva” e, portanto, a necessidade de mutação.

Pela estagiária de Jornalismo Paula Diniz



Programa oferece estágio em farmácias do Rio

■ ASCOFEJ, CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA E FUNDAÇÃO MUDES CRIAM O **PRATIQUE – PROGRAMA DE ESTÁGIO EM FARMÁCIA**. OBJETIVO É PREPARAR O ESTUDANTE PARA ATIVIDADES QUE ELE NÃO APRENDE NA FACULDADE

Foi lançado, no dia 11 de fevereiro de 2009, o **Pratique – Programa de Estágio em Farmácia**. A parceria entre Associação do Comércio Farmacêutico do Estado do Rio de Janeiro (Ascoferj), Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro (CRF-RJ) e Fundação Mudes vai preparar acadêmicos de Farmácia para o mercado farmacêutico (farmácia comunitária), já que o meio acadêmico não contempla, de maneira satisfatória, essa área de atuação. O evento aconteceu na sede da Fecomércio-RJ e estavam presentes profissionais do setor farmacêutico.

O presidente do CRF-RJ, Paulo Oracy Azeredo, falou que, na maior parte dos casos, o estudante é preparado para atuar somente na indústria, porém o mercado de trabalho no segmento de farmácias é cheio de oportunidades, e o Pratique vai auxiliar o estagiário na prática da atenção farmacêutica, área que vem crescendo. Ele acrescentou, ainda, que o acadêmico de Farmácia, além auxiliar o farmacêutico, poderá ajudar o balconista, que é apenas vendedor, a esclarecer dúvidas dos clientes sobre os medicamentos.

“Espero que a idéia plantada, aqui no Rio, seja propagada a outros Estados, porque farmacêuticos e estagiários atuantes, desenvolvendo a atenção farmacêutica, agre-

A partir da esquerda: Marcos Áthila, Vice-Presidente do CRF-RJ; Maria de Fátima Peixoto, Presidente do Sinfraerj; Pedro Braz, Diretor da Fecomércio-RJ; Luis Carlos Marins, Presidente da Ascoferj; Paulo Oracy Azeredo, Presidente do CRF-RJ; Sueli Fernandes, Gerente da Mudes; e Francisco Cláudio Melo, Secretário-Geral do CRF-RJ



Crédito: Carla Vieira

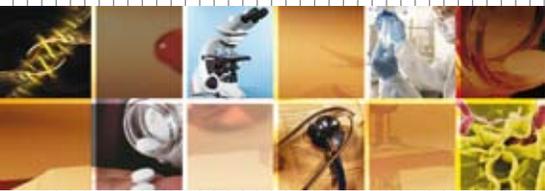
gam valor à imagem da farmácia e podem favorecer novos negócios. Se atendido de maneira eficiente, o cliente volta para comprar produtos de higiene pessoal, cosméticos. É importante que a empresa queira evoluir, no mercado, sem perder a visão de que é um estabelecimento de saúde”, declarou Luis Carlos Marins, Presidente da Ascoferj.

Sueli Fernandes da Silva Fonseca, Gerente de Inserção Profissional da Fundação Mudes, considera o Pratique como fomento ao desenvolvimento do programa de estágio nas empresas. Ela disse ainda que o estágio é um ato edu-

cativo, e a iniciativa está fadada ao sucesso.

O professor da Unig (Universidade Iguazu), Fabiano Lacerda, considera o Programa positivo. “O estudante capacitado e ciente de suas obrigações, com o conhecimento da realidade do mercado, consegue ter uma rede maior de contatos. Cada vez mais, há alunos que o mercado precisa absorver, e o Pratique pode absorver essa demanda”, avalia.

O farmacêutico e sócio-gerente da Farmácia do Leme, Ricardo Valdeto de Moraes, só vê benefícios para os empresários. Segundo ele,



o estudante sai da universidade sabendo fazer fórmulas, mas não sabe lidar com o comércio, e o Pratique vai possibilitar esse aprendizado.

Também, estavam presentes ao evento o representante da ABCFarma (Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico), Francisco Colombo; o Diretor da Fecomércio (Federação do Comércio) do Rio de Janeiro, Pedro Braz; a Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do

Estado do Rio de Janeiro (Sinfaerj), Maria de Fátima Peixoto; e outros representantes do setor.

COMO PARTICIPAR DO PROGRAMA

– As farmácias interessadas em participar do Programa devem ligar para a Ascoferj, pelo número (21) 2220-9390, e fazer o cadastro no Departamento de Recursos Humanos. Já os estudantes de Farmácia devem se cadastrar pelo Canal do Estudante no

portal da Fundação Mudes (www.mudes.org.br), indicando o interesse pelo programa Pratique. Para outras informações, basta ligar para (21) 3094-1181.

Segundo a Fundação Mudes, o Pratique deve respeitar a Lei Federal 11.788, que fixa a carga horária dos estagiários em seis ou quatro horas de trabalho. Já a bolsa-auxílio, obrigatória, será de acordo com a empresa.

Dez anos de Anvisa

■ HÁ UMA DÉCADA, NASCEU A MAIOR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DO BRASIL.

No dia 27 de janeiro de 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) completou dez anos. A Lei 9.782, de 1999, instituiu o órgão com o objetivo de proteger e promover a saúde dos brasileiros. A criação da Agência é considerada um marco na história da vigilância sanitária, no Brasil.

Ao longo destes dez anos, a Anvisa permitiu, por exemplo, o aumento dos recursos destinados ao trabalho de proteção à saúde da população. Somente em 2007, R\$ 157 milhões foram repassados para as ações dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Entre outros avanços surgidos, a partir da criação da Agência, estão a melhoria da qualidade nas análises de registro, o monitoramento pós-comercialização e a regulação de preço dos medicamentos.

De acordo com o Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, tantos avanços foram obtidos com muito trabalho, além da descentralização e da transparência nas ações. “Olhando para frente, os próximos anos prometem grandes avanços no campo da saúde e da vigilância sanitária”, conclui.

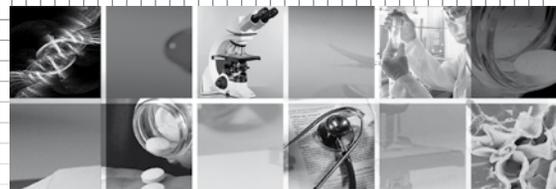
Nesses dez anos, a Anvisa também se tornou referência em diversas áreas, como, por exemplo, no combate à falsificação de medicamentos. O Brasil é, atualmente, coordenador do Grupo de Trabalho de Combate à Falsificação de Medicamentos, na América.



As iniciativas da Agência não estão restritas apenas ao Brasil. O órgão desenvolve ações estratégicas em âmbito internacional, como a Força-Tarefa de Harmonização Global, um fórum internacional para a harmonização de aspectos relacionados com produtos para a saúde. Atuações como essa possibilitam o aprimoramento técnico dos servidores e asseguram a segurança dos produtos.

Para o primeiro Diretor-Presidente da Anvisa, Gonzalo Vecina, até a criação da instituição, as atividades de vigilância sanitária se resumiam a identificar as empresas existentes e a registrar produtos. “O Brasil só acordou para o tema, depois da questão da falsificação de medicamentos”, destaca.

A Anvisa regulamenta temas ligados diretamente à saúde das pessoas. Alimentos, medicamentos, cosméticos, tabaco, agrotóxicos, controle de viajantes, produtos e serviços de saúde são algumas das áreas objeto de normatização da Agência. Esses setores representam cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.



Sai o primeiro lote do efavirenz nacional

■ FORAM ENTREGUES 2,1 MILHÕES DAS 15 MILHÕES DE UNIDADES PROGRAMADAS PELA FIOCRUZ PARA ESTE ANO. PRODUÇÃO DEVE SER 100% NACIONALIZADA, ATÉ 2010.



Gadelha, Temporão e a coordenadora do Programa Nacional de DST/Aids, Mariângela Simão, ajudam a carregar o caminhão com a primeira partida de Efavirenz

O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Paulo Gadelha, participaram, no dia 16 de fevereiro de 2009, da cerimônia de entrega do primeiro lote do efavirenz brasileiro. O medicamento é um antirretroviral utilizado no coquetel anti-aids e passou a ser produzido por Farmanguinhos (Complexo Tecnológico de Medicamentos, da Fiocruz). Atualmente, usam o efavirenz 85 mil dos 185 mil pacientes atendidos pelo Programa Nacional de DST/Aids.

“A produção nacional e entrega do efavirenz expressa a capacidade técnica científica e industrial brasileira de enfrentar um problema de saúde pública. Quando o Brasil reduz a sua dependência de tecnologia, está dando um passo extremamente importante para o desenvolvimento futuro de outros produtos e drogas de interesse

nacional e do SUS”, afirmou Temporão.

Ao todo, foram entregues 2,1 milhões de comprimidos, que devem ser utilizados, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo – esses Estados possuem 62% dos pacientes em uso do efavirenz. Até o final de 2009, a Fundação enviará ao Ministério da Saúde um total de 15 milhões de unidades.

O consumo atual é de 30 milhões de comprimidos por ano, que serão garantidos pelo recebimento de mais 16 milhões unidades adquiridas do laboratório indiano Aurobindo. A expectativa é que, a partir de abril de 2010, a produção do efavirenz seja 100% nacional.

PARCERIA – A formulação do genérico brasileiro do efavirenz é resultado de uma parceria público-privada. Os laboratórios oficiais Farmanguinhos e Lafepe (Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco) desenvolveram a tecnologia e a produção final do medicamento. Ao consórcio formado pelas empresas privadas Globequímica (SP), Cristália (SP) e Nortec (RJ) coube a fabricação do princípio ativo.

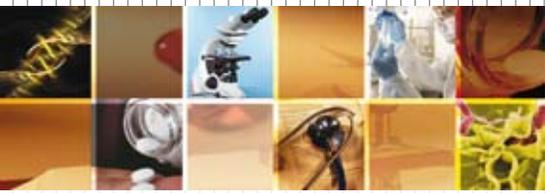
O efavirenz será o oitavo medicamento do coquetel produzido por Farmanguinhos – Zido-

vudina (AZT), Lamivudina (3TC), AZT+3TC, Estavudina, Indinavir, Nevirapina e Saquinavir e Efavirenz. Ao todo, são 17 os medicamentos utilizados com coquetel anti-aids. Os medicamentos importados são os seguintes: Abacavir, Atazanavir, Darunavir, Didanosina, Enfuvirtida, Fosamprenavir, Lopinavir/Ritonavir, Ritonavir e Tenofovir.

LICENCIAMENTO – A decisão de declarar o licenciamento compulsório do efavirenz, em maio de 2007, finalizou um processo de negociação frustrada entre o laboratório Merk Sharp & Dome e o Ministério da Saúde. A proposta brasileira era que o laboratório praticasse o mesmo preço pago pela Tailândia, que era de US\$ 0,65 por cada comprimido de 600 mg, enquanto que o Brasil pagava US\$ 1,59. A diferença entre os preços praticados pelo mesmo laboratório para os dois países era de 136%. A empresa propôs uma redução de apenas 2%, recusada pelo Governo brasileiro.

Para o Ministro, a entrega do efavirenz nacional é uma garantia de assistência à saúde dos que recebem tratamento pelo Sistema Único de Saúde. “O paciente tem a garantia de que não haverá interrupção no tratamento”, disse Temporão. Segundo ele, a decisão do licenciamento compulsório levou em consideração a segurança dos pacientes e o equilíbrio econômico e financeiro do programa.

A medida foi baseada no acordo internacional Trips (Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionadas ao Comércio, em Inglês), da OMC (Organização Mundial do Comércio). Para Temporão, embora tenha havido especulações



de que haveria a diminuição de investimentos da indústria farmacêutica, no Brasil, o País vivencia o contrário.

Entre 2007 e 2008, o Ministro participou de inaugurações e assinatura de investimentos que somam mais de R\$ 1,7 bilhão da

iniciativa privada nas áreas de produção de medicamentos, vacinas, insumos e logística na área da saúde, além de acordos de transferência de tecnologia.

Após licenciamento compulsório, o Ministério da Saúde passou a importar da Índia genéricos

pré-qualificados pela OMS – por meio de organismos internacionais (Unicef e Opas). O primeiro lote do medicamento genérico chegou ao Brasil, em julho de 2007. Essa medida provocou um impacto imediato de US\$ 30 milhões de economia para o País.

Estudo registra os efeitos de anti-hipertensivos na micro-circulação sanguínea

Um estudo desenvolvido no Instituto Oswaldo Cruz (IOC) da Fiocruz avaliou o efeito de diferentes classes farmacológicas utilizadas no tratamento da hipertensão arterial sobre a micro-circulação sanguínea – sistema fisiológico responsável pela irrigação de órgãos, como o cérebro, coração e rins, e pela distribuição de oxigênio pelo corpo, que apresenta distúrbios em decorrência da doença. Os resultados têm implicação terapêutica e podem contribuir para a prescrição de tratamentos mais eficazes.

Desenvolvida no Laboratório de Investigação Cardiovascular do IOC, a pesquisa avaliou em ratos geneticamente hipertensos o efeito de quatro classes farmacológicas utilizadas no tratamento da doença: losartan, enalapril, nifedipina e atenolol. A análise estrutural de

tecidos, como a pele, e de músculos, como o coração, permitiu a identificação das características morfológicas da micro-circulação dos animais. Por meio de microscopia intravital de fluorescência, a observação *in vivo* do funcionamento de capilares e arteríolas permitiu a análise funcional do sistema, durante a administração dos tratamentos.

A pesquisa indica o melhor desempenho sobre a micro-circulação sanguínea de compostos pertencentes às classes de antagonistas de receptores da angiotensina II (losartan) e inibidores da enzima conversora da angiotensina II (enalapril).

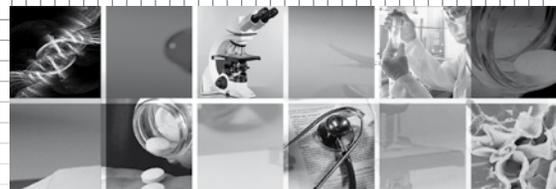
A angiotensina II é um hormônio vasoconstritor que colabora para reabsorção de sódio pelos rins e provoca o aumento do volume



Tibiriçá: pesquisa para aprimorar entendimento sobre o tratamento da hipertensão arterial

sanguíneo. “Durante os experimentos, as duas classes normalizaram a densidade capilar em músculos esqueléticos e a rarefação estrutural cardíaca. Além disso, a primeira reverteu completamente a rarefação funcional de capilares em músculos e em tecidos cutâneos, e a segunda aumentou significativamente a densidade funcional de capilares na pele”, descreve o farmacologista Eduardo Tibiriçá, Chefe do Laboratório de Farmacologia Neuro-Cardiovascular do IOC e Coordenador do estudo.

A classe que integra bloqueadores de canais de cálcio (nifedipi-



na), também, reverteu a rarefação funcional de capilares em músculos e em tecidos cutâneos e normalizou a densidade capilar em músculos esqueléticos. O atenolol, pertencente à classe dos beta-bloqueadores, não induziu alterações na densidade funcional ou estrutural de capilares nos ratos hipertensos.

O trabalho dá continuidade a estudo feito, em 2006, pelo Labo-

ratório em parceria com o Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica da França (Inserm, na sigla em francês), que constatou, pela primeira vez, os efeitos benéficos da terapia anti-hipertensiva sobre a microcirculação. “A hipertensão arterial é caracterizada pela rarefação da micro-circulação sanguínea, isto é, pela perda de capilares, que leva ao aumento da pressão

arterial. Sabemos que os medicamentos melhoram a condição do paciente, mas para aprimorar o tratamento é preciso entender de que maneira isso ocorre – tarefa para qual o estudo da micro-circulação é imprescindível”, justifica Tibiriçá.

Fonte: Comunicação Social da Fiocruz.
Jornalista Bel Levy.

As metas da Farmanguinhos

■ MEDIDA FAZ PARTE DE ESTRATÉGIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA FORTALECER O COMPLEXO PRODUTIVO NACIONAL.

O Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, assinou, no dia 16 de fevereiro de 2009, uma portaria que institui um grupo de trabalho que definirá a orientação estratégica de Farmanguinhos (Complexo Tecnológico de Medicamentos, ligada a Fiocruz), com o objetivo de fortalecer a produção e inovação no setor de fármacos e medicamentos. A medida faz parte



Foto: Paulo Rodino

das diretrizes do Programa Mais Saúde, o chamado PAC da Saúde, que elegeu o desenvolvimento do complexo produtivo da saúde como uma de suas prioridades.

“Estamos estabelecendo uma contratualização entre o Ministério da Saúde, Fiocruz e Farmanguinhos, pela qual se pretende estabelecer metas e indicadores, monitorar o desempenho e garantir recursos financeiros e gerenciais necessários para que Farmanguinhos possa ser mais eficiente e melhorar a sua capacidade de produção”, afirmou Temporão.

Em 2008, o Ministério da Saúde publicou duas portarias importantes para o fortalecimento do complexo produtivo nacional. Em dezembro, foi determinado que os laboratórios públicos deverão dar preferência à

aquisição dos ingredientes farmacêuticos e ativos necessários à sua linha de produção de empresas que produzam essas matérias-primas, no País.

Em junho, a Portaria 978 colocou claramente quais produtos entre insumos, equipamentos e medicamentos são de interesse estratégico do Ministério da Saúde. Trata-se da base para o financiamento em

pesquisa e incentivo de produção nacional, permitindo a organização do setor e apresentação de projetos que atendam ao interesse da União.

O poder público responde por 25% do mercado nacional de medicamentos, sendo o orçamento do Ministério da Saúde para o setor de R\$ 5,2 bilhões. O setor de saúde movimenta, a cada ano, no Brasil, R\$ 160 bilhões, respondendo por 8% do PIB e por 10 milhões de empregos.

A dependência de importações, no entanto, conferiu à política social brasileira uma situação de vulnerabilidade. O déficit acumulado na balança setorial de saúde cresceu de US\$ 700 milhões, nos anos 80, para um déficit anual de quase US\$ 6 bilhões.